

Empresários dos Açores com duras críticas à estratégia da governação e “falta de orientação” entre departamentos do governo

Os empresários dos Açores, reunidos no Fórum da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, teceram duras críticas à governação regional, registando, “com muita preocupação, a falta de orientação estratégica pública em muitas áreas e deficiência a nível da interligação entre departamentos governamentais, o que tem vindo a condicionar fortemente a atividade das empresas, que necessitam de previsibilidade e conhecimento atempado das políticas, medidas e estratégias públicas”.

O FÓRUM CCIA 2024 – Encontro Empresarial dos Açores – teve lugar no dia 13 de setembro, por videoconferência, contando com a participação de mais de três dezenas de empresários representando as associações empresariais dos Açores e envolvendo os vários sectores de atividade, tendo como principal objetivo a análise e reflexão sobre o estado da economia regional, identificando as principais dificuldades, analisando as grandes necessidades e oportunidades de ajustamento estrutural da economia açoriana, bem como apresentando contributos para a dinamização social e económica regional.

O Fórum reafirmou um conjunto de preocupações, muitas das quais referidas em anteriores edições, sobre um conjunto de assuntos, que, infelizmente, continuam, ao longo dos anos, a não terem soluções aceitáveis.

O Fórum considerou como eixos estruturais relevantes para o desenvolvimento regional o triângulo constituído pelos transportes, pela mão-de-obra e formação e pela recapitalização das empresas, incluindo a resolução do eterno problema dos pagamentos em atraso. Sem a resolução das questões que se colocam a nível destes eixos, não se vislumbra o sucesso da economia regional.

O Fórum também registou como fator negativo a falta de concertação efetiva com as associações empresariais, bem como de outros “stakeholders”, na definição das estratégias e medidas públicas, que ganhariam em qualidade e adequação à realidade que pretendem alcançar, o que potenciaria um melhor e mais sustentável desenvolvimento regional. A concertação com as entidades empresariais tem sido uma ilusão.

Sobre o Plano e Orçamento dos Açores para 2025, o Fórum considerou que se mantêm atuais, no essencial, as propostas que a CCIA tem vindo a apresentar, designadamente aquando da auscultação dos parceiros sociais, que se verificou em abril do corrente ano, por ocasião da proposta de plano para 2024.

O Fórum mostrou preocupação com as recentes declarações de políticos sobre a futura ação do Conselho Económico e Social dos Açores



Transporte aéreo, marítimo, terrestre e economia em geral com fortes críticas do Fórum dos Empresários

(CESA), no sentido de este organismo passar a ter uma maior atenção à componente social. Não se compreendem estas afirmações, que são injustas e revelam desconhecimento do trabalho desenvolvido pelo CESA nesta área.

“Se a intenção manifestada é a de se dar uma menor atenção à economia, o Fórum entende que a CCIA e outras associações empresariais não podem aceitar tal desiderato, até porque sem uma economia forte, não será possível desenvolver políticas sociais sustentáveis. Sem uma economia forte a Autonomia caminha firmemente para a sua atrofiação total, arrastando consigo a capacidade para a intervenção social desejável”, afirmam.

Sobre a Lei das Finanças Regionais das RAs, o Fórum relevou a importância desta lei, enquanto instrumento de financiamento do orçamento regional, que tem naturais impactos no setor empresarial privado, considerando, por isso, positiva a sua revisão, desde que esta venha a estabelecer melhoria nas condições, relativamente à atual.

Foi, no entanto, considerado que a Lei das Finanças Regionais das RAs “não é a panaceia para a resolução de todos os problemas financeiros regionais, uma vez que muitos deles se devem a opções políticas açorianas, que se têm revelado erradas ao longo dos anos, nomeadamente no Setor Público Empresarial Regional (SPER)”.

A escassez de mão-de-obra e a baixa qualificação da existente são fatores que o Fórum reconheceu como “fortemente condicionadores do funcionamento das empresas e da criação e desenvolvimento de novos negócios”.

Neste contexto, foi considerado necessário que seja repensado o modelo de formação profissional que vem sendo desenvolvido, relevando-se a importância da valorização dos percursos profissionais.

O Fórum manifestou ainda profunda preocupação com a atual execução de algumas medidas do PRR, em especial no que se refere à capitalização das empresas, em que da dotação de 125 milhões de euros desta medida, apenas pouco mais de 1 mi-

lhão de euros foi utilizada, quando falta pouco mais de um ano para a conclusão do programa.

Neste quadro, o Fórum considerou que a utilização plena dos fundos do PRR carece de reprogramação, quer entre os projetos já existentes, quer direcionados para novos projetos. Nesse sentido, o Fórum entendeu que devem ser apoiados os esforços regionais e nacionais no sentido de vir a ser possibilitada a pretendida reprogramação do PRR.

No que se refere ao PO Açores 2030, o Fórum considerou negativo o atraso significativo que se regista na aprovação dos projetos, com defasamentos de mais de um ano após a sua apresentação, o que contribui para defraudar as expectativas dos agentes económicos e retardar a competitividade.

O Fórum deu especial atenção à problemática dos transportes, reiterando um conjunto de aspetos, alguns dos quais já evidenciados em anteriores edições, nomeadamente a incapacidade da SATA em dar resposta à procura interna, de passageiros e de carga, em algumas épocas do ano, prejudicando a acessibilidade para as ilhas mais pequenas; Necessidade de interligação entre a componente de voos externos com os voos internos, como elemento relevante para a dinamização do turismo em todas as ilhas; Resolução do financiamento das obrigações de serviço público nas ligações do continente com Santa Maria, Pico e Faial, que prejudicam diretamente a SATA Internacional, agravando impiedosamente a sua sustentabilidade financeira; Processo de privatização da SATA demasiado lento; Falta de informação/estratégia atempada sobre os voos para o exterior na época baixa; Dificuldades no transporte aéreo de carga quer para o exterior, quer interilhas; Incapacidade de concretizar a concessão do transporte de carga aérea, processo que continua por concluir revelador de uma opção disfuncional para aliviar os problemas do transporte aéreo de carga.

No transporte marítimo de mercadorias: Manutenção de um modelo que não serve de forma adequada e com-

petitiva a economia regional; Rotas e escalas em contínuo incumprimento, retirando previsibilidade aos agentes económicos; Conclusão indefinida do estudo encomendado pelo Governo Regional; necessidade de maior conexão entre o tráfego local e o tráfego externo; Inexistência de harmonização na gestão dos portos. Transporte terrestre de passageiros

O Fórum considerou o modelo atual de funcionamento do serviço de transporte coletivo de transportes terrestres, designadamente do sistema tarifário, totalmente desadequado e não estimulador da sua utilização, face ao que tem sido desenvolvido a nível nacional, com prejuízo grave para a capacidade deste setor manter uma carreira atrativa de condutores de veículos pesados.

O Fórum considerou negativa a não existência de uma estratégia clara e concertada entre o setor público e os agentes económicos, que nesta área assume especial relevo, tendo como objetivo a promoção externa dos Açores, integrada das várias componentes.

O setor do turismo, “continua a não ter uma estratégia consistente e suficiente para a Região, que deve ser definida pelo Governo Regional em concertação com os parceiros da área, apostando, de forma global, nas 9 ilhas e nas potencialidades e especificidades de cada uma delas, de forma integrada”, acusam os empresários.

“As dotações para a promoção continuam a ser muito inferiores às necessidades de promoção mais intensa, principalmente para combater a sazonalidade, para mais apresentando baixas taxas de execução, retirando credibilidade aos orçamentos prometidos”, acrescentam.

Denunciam, ainda, a “inexistência de ações promocionais (feiras, missões empresariais...) em mercados externos e redução da participação em eventos nacionais, num contexto concorrencial, que exige uma aposta forte na divulgação dos produtos regionais e na internacionalização das empresas”.

Em síntese, o Fórum CCIA 2024 – Encontro Empresarial dos Açores abordou a problemática da economia e da sociedade açorianas, com especial ênfase nas questões que se consideram mais atuais, prementes e impactantes para as atividades empresariais.

“A continuação da não resolução de diversos constrangimentos, muitos dos quais se têm vindo a arrastar no tempo, são muito negativos para as empresas e para a economia regional, evidenciando uma falta de resposta atempada por parte dos poderes públicos às necessidades e exigências do setor empresarial”, conclui o comunicado final do encontro.